

Financiamento coletivo, uma caminho viável para um jornalismo com rigor científico sobre alimentação no Brasil¹

Denise Corrêa BARCELOS²

Larissa Leda F. ROCHA³

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo a análise do conteúdo produzido pelo site “O Joio e o Trigo”, sobre a Nova Cesta Básica (Ministério da Fazenda, 2024), para compreender se o financiamento coletivo permite a produção de um jornalismo com rigor científico no tocante aos assuntos ligados à alimentação e saúde coletiva. Baseamos nossa pesquisa na leitura de cenário e investigação de uma matéria, ancorados em estudos de autores como Paim (2017), Berger (2008) e Guimarães (2017). Observamos que a não presença de publicidades permitiu rigor científico, escuta dos lados envolvidos no debate e reflexão com enfoque no interesse coletivo e de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: alimentação; saúde coletiva; comunicação; financiamento coletivo.

CORPO DO TEXTO

Sendo a alimentação e o risco do consumo de alimentos ultraprocessados um assunto caro à saúde pública brasileira, vemos um panorama nacional que se mostra cada vez mais desafiador à adoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis, conforme define o Guia Alimentar para a População Brasileira:

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis. (Ministério da Saúde, 2006, p.8)

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do mestrado em Comunicação do PPGCOM/UFMA, bolsista CAPES. Email: denisebarcelos@hotmail.com

³ Pós-Doutora (ECA/USP) e Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Docente da UFMA e dos Programas de Pós-Graduação de Comunicação (PPGCOM) e de Artes Cênicas (PPGAC) da UFMA. Desenvolve a pesquisa “A maldade e suas encarnações: vilania, teledramaturgia e monstrosidades” financiada pela FAPEMA. Coordenadora do grupo de pesquisa ObEEC (UFMA/CNPq) e do GP de Ficção Televisiva Seriada da Intercom. E-mail: larissa.leda@ufma.br.

Entre os desafios enfrentados, tem-se as mudanças climáticas e os impactos na produção de alimentos, conforme apresentado pelo Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança no Clima (IPCC para a ONU, 2024); a iminente reforma tributária brasileira (Ministério da Fazenda, 2024); os malefícios do uso de agrotóxicos pelo agronegócio brasileiro (Lopes; Albuquerque, 2018); e, o lobby da indústria alimentar (Baird, 2016); e, um país que enfrentou aumento nos índices de insegurança alimentar, principalmente entre 2018 e 2020 (FAO, 2024). Como estaria, então, a mídia se comportando diante desse quadro complexo? Os interesses do agronegócio e da indústria estariam se sobrepondo ao interesse público na hora de se levar informação à sociedade?

Para compreender o caminho que está sendo percorrido pela mídia especializada em assuntos que perpassam a alimentação, o presente trabalho se deterá no material produzido pelo projeto jornalístico “O Joio e o Trigo”, que se apresenta como um site de jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder e que é viabilizado através do financiamento coletivo. O recorte se dará na utilização de conteúdo sobre a Nova Cesta Básica Nacional, sancionada via Decreto nº 11.936, de 5 março de 2024. O objetivo será analisar se sua produção consegue abarcar o interesse coletivo e social e se sobrepor aos interesses econômicos do agronegócio e da indústria alimentar e, portanto, produzir um conteúdo com rigor científico.

Para tanto, metodologicamente, optamos, inicialmente, por uma leitura de cenário sobre comunicação, saúde e os reflexos da Nova Cesta Básica na alimentação brasileira. No segundo momento, para compreender e exemplificar se o interesse público é melhor abraçado pelo jornalismo financiado coletivamente ou não, analisamos a matéria “Governo propõe impostos sobre refrigerantes”⁴, observando como seu conteúdo é apresentado e se, de fato, tem o caráter informativo, rigor científico e cumpre seu papel social. Por fim, refletir se o financiamento coletivo é um aliado na qualidade da informação, visto que, em teoria, não teria interesses econômicos e políticos que poderiam se sobrepor aos interesses público e da saúde coletiva.

No decorrer das últimas cinco décadas, os estudos em Comunicação na América Latina tiveram seu maior desenvolvimento, pois é “entre o final dos anos 1960, início dos 1970, que se inaugura uma reflexão efetivamente latino-americana sobre a comunicação, pois as condições estruturais do subdesenvolvimento são consideradas e

⁴ Notícia publicada no site O Joio e o Trigo, de autoria de João Peres, em 25 de abril de 2024.

incorporadas na análise dos meios” (Berger, 2008, p. 3). Há, assim, uma reflexão maior sobre as diferenças entre o norte e o sul global, entendimento sobre as diferenças socioculturais presentes em países como o Brasil, as produções jornalísticas que seguem os interesses econômicos e políticos, uma descolonização do pensamento sobre comunicação e produção, o jornalismo de denúncia e se destacam os estudos culturais com ênfase em “refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades” (Escosteguy, 2008, p. 11).

Outro ponto importante a ser considerado, ao se levantar questões de comunicação, jornalismo, saúde e ciência, no Brasil, é que “domínio da mídia cresce de forma exacerbada, passando a ser considerada o quarto maior segmento econômico do mundo, maior fonte de informação e acúmulo de poder, capaz de construir realidades” (Guimarães et al, 2017, p.106) e, assim, “a mídia dissemina discursos com sentidos informativos, mas que, em seus processos interpretativos do público que alcança podem influenciar práticas em saúde e viabilizar interesses diversos, criando falsas necessidades” (Guimarães et al, 2017, p.106).

Concomitantemente, os hábitos e comportamentos da população brasileira sofreram grandes mudanças e o Ministério da Saúde (2005) aponta que “nas últimas décadas as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) passaram a liderar as causas de óbito no país, ultrapassando as taxas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (DIP) na década de 1980”. Dentre as DCNTs mais presentes no Brasil, por exemplo, as doenças cardiovasculares são apontadas como a principal causa de morte no país e uma das principais causas no mundo. Segundo os especialistas, “grande parte dessas ocorrências poderiam ser evitadas com mudanças no estilo de vida. Dentre essas mudanças, podemos incluir a melhora do hábito alimentar”. (Camarneiro et al., 2018).

Historicamente, outros problemas enfrentados são as cargas tributárias seletivas sobre alimentos (Peão; Alves, 2020) e as desigualdades agrária e de produção no país (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018). Portanto, o estabelecimento de uma Nova Cesta Básica, que prioriza alimentos in natura e taxaço de alimentos ultraprocessados, mostra-se como um passo importante. Contudo, enfrenta as fortes pressões do agronegócio e da indústria alimentícia, que privilegia seus ganhos aos interesses sociais e de saúde pública, ao realizarem verdadeiros *lobbies* sobre as decisões do Governo e de produções na mídia tradicional (Baird, 2016).

Diante deste cenário, podemos pensar sobre a análise da produção jornalística do “O Joio e o Trigo”, mantidos via financiamento coletivo realizado por seus leitores, e que se descrevem como um veículo

que aceita e valoriza a utopia. Que busca descolonizar o imaginário para construir saídas. Que se pauta por valores, e não por pessoas, forças político-partidárias ou econômicas. Que assume a necessidade de o jornalismo dialogar com novas linguagens e outras áreas do conhecimento (O Joio e o Trigo, 2024).

Já, ao analisar a matéria “Governo propõe imposto sobre refrigerantes”⁵, as características primeiras do site ficam evidentes. O texto começa com um detalhamento da proposta de criação de um imposto sobre refrigerantes e alimentos ultraprocessados, com a fala do atual ministro da Fazenda Fernando Haddad, responsável pelo projeto de lei, que esclarece o motivo da escolha do tributo, levando em consideração dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Num segundo momento, traz informações sobre a reação dos presidentes do Senado e da Câmara Legislativa e abre espaço para a exposição de opinião da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), que tem um posicionamento aparentemente preocupante aos interesses da saúde coletiva e se apresenta como “um grupo de interesse especial que utiliza seu significativo poder econômico para influenciar decisões governamentais em seu favor” (Mariath; Martins, 2020, p. 1).

Como forma de já mostrar um posicionamento preocupado com o rigor científico e preocupação dos interesses coletivos, a matéria segue trazendo, em seguida, evidências científicas que apontam os riscos do consumo de alimentos ultraprocessados e os prejuízos à saúde coletiva. E, enquanto desmembra os embates políticos da aprovação do projeto de lei, abre espaço para a fala de associações ligadas à promoção de saúde e para dados de estudos de entidades renomadas, que corroboram com a importância da criação de medidas que estimulem a adoção de hábitos alimentares saudáveis.

Por fim, a matéria se detém sobre a Nova Cesta Básica proposta pelo Governo; seus avanços; a importância de ter se orientado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira; uma reflexão sobre o que deveria ser melhorado; e, como afeta as diferentes camadas da sociedade.

⁵ Notícia publicada no site O Joio e o Trigo, de autoria de João Peres, em 25 de abril de 2024.

Portanto, ao nos debruçarmos sobre a proposta do “O Joio e o Trigo” e a matéria destacada, notamos a presença do rigor científico, de apuração, de escuta dos lados envolvidos e de reflexão, que é viabilizado pelo financiamento coletivo, pois não sofre pressões de anunciantes. No tocante aos hábitos alimentares, o princípio basilar da produção de conhecimento leva em consideração a saúde coletiva, contribuindo, inclusive “para a incorporação de conhecimentos da saúde à cultura geral da população, com efeitos complexos na relação dos cidadãos com os profissionais e serviços de saúde” (Paim; Rangel-S, 2017, p. 35).

Por fim, tais fatos corroboram com o argumento inicial deste trabalho de que a indústria alimentícia e o agronegócio acabam pressionando e perpassando, de forma velada, os interesses coletivos, as evidências científicas e a reflexão social, em detrimento ao lucro, inviabilizando que informações mais completas e eficazes para a sustentação de uma saúde global cheguem à população. Sendo assim, o financiamento coletivo seria uma alternativa para a produção de conteúdo com rigor científico e que coloque em primeiro lugar o interesse coletivo e de saúde pública. Contudo, em um outro momento, caberia a análise de como se articulam perspectivas ideológicas e políticas na construção das narrativas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHINEIDER, S.. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Rev. Econ. Sociol. Rural* 56 (1), Jan-Mar 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BAIRD, M. F.. O lobby na regulação da publicidade de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Revista Sociologia e Política*. v. 24, n. 57, Mar 2024, p. 67-91. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/y9dLdpfTPL5brNmVt5hHTNh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BERGER, C. A pesquisa em Comunicação na América Latina. In: *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Hohlfeldt, A. et al (orgs.) Petrópolis, RJ; Vozes; 8 ed; 2008.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. **Decreto nº 11.936**, de 5 de março de 2024. Brasília: Atos do Poder Executivo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.936-de-5-de-marco-de-2024-546760941>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Regulamentação da Reforma Tributária. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/regulamentacao-da-reforma-tributaria/lei-geral-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/Lei-Geral-do-IBS-da-CBS-e-do-Imposto-Seletivo>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAMARNEIRO, J. M.; RODRIGUES, M. B.; MARTINS, C. M. Assistência Nutricional na Obesidade e Doenças Cardiovasculares. Londrina: Educacional S.A, 2018.

ESCOSTEGUY, A. C. D. Os estudos culturais. In: Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Hohlfeldt, A. et al (orgs.) Petrópolis, RJ; Vozes; 8 ed; 2008.

GUIMARÃES, J. et al. Um modelo de análise do discurso noticioso em saúde. In: Comunicação e Saúde: perspectivas contemporâneas. Ramos, Natália et al (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2017. p. 105-125.

IPCC, 2023: **Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report.** Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

LOPES, C.; ALBUQUERQUE, G.. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. Saúde debate. Rio de Janeiro, v. 42 (117), Apr-Jun, 2018. p. 518-534. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>. Acesso em: 24 jun. 2024 .

MARIATH, A.; MARTINS, A. Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse. Revista Saúde Pública. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/WdQRW8qThSVGn6FjM6LDVCy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Brasil em resumo**. Brasília. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

PAIM, M.; RANGEL, M.. Sites de Observatórios de Saúde: uma análise de forma e conteúdo. In: Comunicação e Saúde: perspectivas contemporâneas. RAMOS, N. et al (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2017. p. 35-50.

PEÃO, G.; ALVES, A. Tributação e extrafiscalidade de alimentos com altas quantidades de açúcar: análises a partir do princípio da seletividade e impactos sobre a gestão pública. Revista Internacional de Debates da Administração Pública. São Paulo, v.5, n.1, Jan-Dez, 2020. p. 278-301.

Peres, J. Governo propõe imposto sobre refrigerantes, O Joio e O Trigo, São Paulo, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/04/reforma-tributaria-refrigerante/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

QUEM somos. **O Joio e O Trigo**, São Paulo. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/quem-somos/>Acesso em: 27 jun. 2024.